

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

TRABALHO FEMININO NA FEIRA DA SULANCA DE CARUARU - PERNAMBUCO

Mayara Melo de Andrade (CAA/UFPE) - mayandradi@gmail.com

Graduada em Administração pelo Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco; Servidora Pública Municipal, Agente Administrativo Contratado; Interesse de pesquisa em Relações de Trabalho.

Elisabeth Calvalcante dos Santos (CAA/UFPE) - elisabethcsantos@gmail.com

Doutora em Administração pelo PPGA/UFPB; Professora do curso de Administração do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE); Pesquisadora do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA).

Maria Fernanda Silva de Oliveira (CAA/UFPE) - mariafernanda.oliveira@hotmail.com

Graduada em Administração pelo Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco; Interesse de pesquisa em Relações de Trabalho.

1. Introdução

Pode-se dizer que o trabalho feminino é marcado por desigualdades, direitos negados e dupla jornada de trabalho. Segundo a divisão sexual do trabalho, a mulher não deixa de ser vinculada ao posto de reprodutora, aquela que cuida da organização do lar e da criação / educação dos filhos, ao passo que para as atividades desempenhadas pelo homem, o produtor, é atribuída maior valorização (CARLOTO, 2002).

O desenvolvimento capitalista das últimas décadas transformou as relações de trabalho, levando à precarização, informalidade, bem como à falta de proteção dos direitos trabalhistas contribuindo na caracterização da real conjuntura do mercado de trabalho (ARAÚJO, 2011). A mulher, por ser historicamente discriminada no mercado de trabalho, se depara com diversos desafios e dificuldades, o que se agrava em contextos periféricos, como o Agreste de Pernambuco, com marcas de forte precarização, como no trabalho desenvolvido na feira.

A Feira da Sulanca de Caruaru é o palco de estudos dessa pesquisa por concentrar em um único espaço, mulheres que desempenham suas tarefas no setor informal marcadas pela precariedade e a desvalorização. Buscamos promover uma discussão sobre os aspectos mais significativos do assunto proposto, respondendo à seguinte pergunta: Como se caracteriza o trabalho feminino das feirantes do ramo de confecções na Feira da Sulanca de Caruaru-PE?

Dito isto, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar o trabalho feminino das feirantes do ramo de confecções na Feira da Sulanca de Caruaru-PE.

Acreditamos que buscar caracterizar o trabalho feminino na feira da sulanca de Caruaru, uma das principais feiras do Polo Têxtil de Confecções do Agreste, será de grande contribuição para compreensão da importância do papel social da mulher e da necessidade de garantir-lhes direitos. Também é necessário salientar a importância para os estudos de gênero no âmbito do conhecimento em Administração.

2. Fundamentação teórica

O Agreste de Pernambuco é uma região intermediária (faixa paralela à região costeira) entre a Zona da Mata e o Sertão. Está situado sobre o Planalto da Borborema e é uma região permeada de brejos, ilhas de umidade e microclimas, como sugere Andrade (1973, p.180): “uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como o da mata e os outros tão secos como o do Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste”. Embora reúna condições climáticas favoráveis, foi uma região que demorou a ser povoada, talvez isso seja devido à dificuldade de acesso (XAVIER, 2006).

O Agreste Pernambucano é marcado por ter como parte da sua economia, o setor de confecções. O recém denominado Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, abrange as cidades da microrregião do Alto do Capibaribe (Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte, Vertentes e Surubim), da microrregião do Vale do Ipojuca (Caruaru, Brejo da Madre de Deus e Riacho das Almas) e da microrregião do Brejo Pernambucano (Cupira e Agrestina). A origem do surgimento desse aglomerado produtivo está atrelada às atividades primárias desenvolvidas nas feiras.

A feira sempre esteve presente no Agreste Pernambucano, pois segundo Andrade (1974 apud Xavier, 2006), no século XVIII as vilas e pequenas cidades serviam de pontos de parada comercial onde eram vendidas as produções agrícolas. Sá (2015 p.97) destaca o quão

centrais eram “os dias de feira de rua e de missa, tanto para quem morava no campo quanto na rua – origem do vilarejo ligado à fazenda, uma igreja nela construída e o comércio de rua estabelecido”.

Desse modo, Sá (2011) afirma que as feiras livres configuram uma atividade econômica e social de importância central à vida de muitas pessoas no Agreste. Garcia (1984, p.6) também pontua que a feira, segundo os pequenos produtores, é “um local privilegiado de abastecimento, de realização do valor da pequena produção e de exercício de uma atividade complementar de compra e venda”. Dessa forma, a feira é um lugar onde se comercializam muito mais que produtos, ou seja, os saberes e fazeres também são comercializados neste ambiente, havendo a integração entre o econômico e o social ligados às histórias de vida dos personagens que compõem a feira livre (NORA; ZANINI, 2015).

Torna-se difícil situar historicamente o início das atividades de confecções no Agreste, mas, segundo Sá (2015), trata-se de uma tradição de longo tempo, de quando ainda não existiam as cidades citadas e a mãe de família se via no papel de costurar as roupas dos filhos, com retalhos advindos de outra região para as festas de fim de ano, o que evidencia uma economia de caráter familiar. Sá (2011) afirma que, nos anos trinta, os pedaços de pano descartados no processo industrial das fábricas têxteis vinham de Recife e as costureiras usavam esses retalhos na produção de colchas que serviam como moedas de troca.

Campello (1983) pontua que a ampliação das denominadas “sulancas”¹, aconteceu mais intensamente durante a década de 1960 e 1970, pois, começa a ser bastante comum, nas residências locais, a existência de uma ou duas máquinas de costura tendo a “mãe de família” como responsável pela confecção das roupas por encomenda ou por conta própria. Segundo Sá (2011), após o declínio da indústria têxtil recifense, os retalhos passaram a ser trazidos de São Paulo. O impulso na atividade de confecções no Agreste aconteceu após a chegada desses retalhos vindos do Sudeste (CAMPELLO, 1983).

Para Burnett (2014a), o início da Feira da Sulanca pode ser caracterizado pela existência do trabalho familiar, domiciliar e informal. As costureiras se apresentam como a força produtiva, os vendedores ambulantes como os mascates e a divulgação do produto sulanca era de responsabilidade dos feirantes. Conforme Sá (2015), os fluxos itinerantes ao Sudeste e Recife, fizeram com que máquinas e seu insumos comesçassem a circular pelo Agreste. Burnett (2014a, p.167) afirma que “a produção da sulanca passou de doméstica e rural para semi-industrial urbana” quando as atividades começaram a ser feitas com os retalhos vindos do Sul. Por serem mais finos e precisarem de uma costura mais delicada, as costureiras que estavam habituadas a costurarem os retalhos mais robustos utilizando as máquinas manuais domésticas, se viram forçadas a adquirirem um maquinário mais moderno. Campello (1983, p.112) afirma que quando as costureiras “ingressaram na economia urbana propriamente dita, passaram a adquirir outros tipos de máquinas e a ampliar a sua clientela de forma mais significativa”.

De acordo com Sá (2015), conforme os retalhos chegavam ao Agreste, abasteciam casas repletas de pessoas que trabalhavam com a atividade e com um número crescente de máquinas. O autor ainda destaca que o surgimento dos fabricos² e facções³, espaços que ainda hoje estão presentes na realização das atividades de confecções, surgiram em razão do regime

1 “Supostamente o vocábulo sulanca deriva da palavra helanca, fibra sintética em voga nos anos 1960/1970 que vinha do Sul. Portanto, sul + helanca = sulanca” (BURNETT, 2014, p.153).

2 “São espaços de produção dentro das residências espalhadas pela cidade, que atuam sob condições insalubres” (PEREIRA, 2011, p. 113).

3 “Caracterizadas como um tipo de unidade produtiva prestadora de serviços especializados em uma etapa ou tarefa da confecção de determinada peça de roupa, que de modo subcontratado, ‘terceirizado informalmente’, conecta-se aos fabricos.” (PEREIRA, op.cit, p. 113).

de produção doméstica que era em série. Desse modo, Sá (2015, p. 118) afirma que “quando a mão de obra familiar não mais tinha condições de suprir a demanda de trabalho que a produção crescente exigia, outras pessoas (vizinhos ou parentes mais distantes) passavam a ser contratadas e pagas por dia de trabalho ou ainda por atividade-tarefa cumprida [...]”.

A grande quantidade de matéria-prima intensificou a fabricação de confecções de baixa qualidade para serem vendidas na feira semanal da cidade e em outros lugares. A partir de 1975, a produção de sulanca já era conhecida por todo o Nordeste (CAMPELLO, 1983).

Segundo Xavier (2006, p.109) “o município de Caruaru, na qualidade de segunda cidade mais importante do estado, embasava o processo de urbanização como núcleo financeiro e comercial”. Exercia, portanto, um importante papel de implementação na economia de muitas cidades da região. A cidade sempre foi considerada como centro de referência em serviços.

Como pontuado por Sá (2011), inicialmente, a *Feira de Caruaru* configurada como uma das mais tradicionais feiras do país, teve o seu surgimento ligado à origem do município. Burnett (2014b) afirma que as feiras de Caruaru, são oriundas da passagem de viajantes entre o Litoral e o Sertão. “Paragens para tropeiros⁴, mascates e tangerinos, no Agreste nordestino, região intermediária do Litoral úmido para o Sertão seco” (BURNETT, 2014b, p.16).

Caruaru teve um crescimento demográfico significativo na economia local, tendo como base a Feira em todos os setores. Em especial a feira da sulanca que ofertou um importante dinamismo para região, tanto pelos dias em que a feira ocorre como nos demais voltados à produção. Lira (2011) afirma que o crescimento econômico é evidenciado pela quase inexistência de desemprego, onde grande parte das pessoas envolvidas nessa atividade possui uma renda e dela tiram o seu sustento.

O crescimento da feira foi marcado por algumas modificações como evidenciado no estudo realizado pelo IPHAN (2006, p. 35): “Em 1966, a Feira já ocupava dois quilômetros do centro da cidade”. Lira (2011) afirma que a feira tomou várias ruas do centro da cidade, desse modo, a gestão da época resolveu fazer a transferência da mesma para o parque 18 de maio na década de 1980, ficando os produtos organizados por setores conforme suas características: “[...] o artesanato em um local, calçados em outro, alimentos e outros e um dia especial foi dedicado à feira da sulanca [...]” (LIRA, 2011, p.115).

Sá (2015) destaca que a mudança do local da feira e a reserva de um dia voltado a essa atividade se fizeram necessário, uma vez que o centro da cidade cada vez mais se enchia de sacoleiras e mercadorias, todos em busca de usufruir do comércio de confecções agrestinas que ali acontecia semanalmente.”

Atualmente, Caruaru conta com diversas feiras. O Parque 18 de maio, palco onde acontece a feira da Sulanca, fica no centro de Caruaru. Além desta, a cidade reúne ainda a feira do Paraguai; A feira de Alumínio; de Artesanato; de Ervas e a de Sapato. Sem dúvidas, são um conjunto que reúne uma importância econômica significativa para a cidade.

Em 1990, Caruaru conquistou o título de “Capital da Sulanca”, por ter a maior feira-livre de confecções do país e no final dessa década, a cidade passou por esforços de regulação, formalização e reestruturação juntando-se às cidades vizinhas de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama “constituindo, as três, o segundo polo de confecções populares do país, inferior somente ao de São Paulo, em produção e venda.” (IPHAN, 2006, p. 36).

Analisando a forma como acontece a produção da sulanca no Agreste, Lira (2011) afirma que a atividade se expande em áreas urbanas e rurais buscando atender os interesses

dos três territórios, tanto no setor produtivo, como no comercial. Pensar na importância da feira da Sulanca é refletir sobre a cadeia de produção que gera empregos e produtivamente, onde o escoamento da produção acontece semanalmente.

Dessa forma, podemos destacar a presença e a importância dos atores locais no que se refere ao desenvolvimento do aglomerado de confecções do Agreste. Na teia da economia local podem ser encontradas as feirantes que participam desde a fabricação das mercadorias até a sua comercialização se tornando essenciais para o desenvolvimento sócio regional (SILVA; BARROS; MIRANDA, 2015).

Lira (2009) em seu estudo sobre o aglomerado de confecções do agreste apresenta os atores locais e as relações entre os diversos atores e territórios envolvidos no processo. Segundo a autora, percebe-se uma descentralização do trabalho que traz à tona o conceito de subcontratação da mão de obra, onde várias pessoas, inclusive mulheres e crianças, exercem atividades complementares no processo de produção e recebem valores mínimos sem nenhuma garantia ou efetivação da permanência/continuidade do processo.

Segundo Lira (2011, p. 139), “a grande maioria dos atores do aglomerado produtivo continua atuando de forma individual e espontânea, e dependendo, quase que exclusivamente, das feiras para escoarem suas mercadorias ou realizar algumas comercializações diretas com compradores externos”. Sá (2015) também afirma que grande parte dos comerciantes continua confeccionando em suas casas e vendendo nos espaços de feiras, assim como se faziam nas décadas anteriores. As feiras livres continuam sendo o principal espaço de comercialização dos pequenos confeccionistas (LIRA, 2009).

Sobre o trabalho feminino, Albornoz (1986) aponta que seria um engano acreditar que a mulher, na antiguidade, apenas era encarregada de cuidar da alimentação e dos filhos, pois as mulheres sempre trabalharam também fora do lar, e não só em serviços leves. A sua presença era marcada na agricultura, no artesanato e claro, nas atividades domésticas. A autora ainda destaca que mesmo inserida no processo de industrialização, a mulher ainda se via com as obrigações domésticas e o reconhecimento pelo seu esforço não existiu, sendo explorada também no âmbito industrial. Silva (2016, p. 85) destaca que essa exploração aliada à invisibilidade e vulnerabilidade “fazem parte da construção histórica do trabalho feminino que tem repercussão na atualidade, no cenário da globalização, do neoliberalismo, com a informalidade, precarização do trabalho e subcontratações que alcançam em maior proporção as mulheres”.

Segundo Sardenberg e Costa (1994), com o advento do capitalismo, todas as relações sociais sofreram transformações, uma vez que a busca por lucros crescentes se tornaram centrais. Desse modo, “a família perde seu caráter de unidade produtiva, deixando de produzir mercadorias que agora serão produzidas em fábricas, havendo, portanto, uma divisão entre o mundo do trabalho e o da família” (SARDENBERG; COSTA, 1994, p.87). Essa divisão tem como consequência, a divisão sexual do trabalho.

Hirata e Kergoat (2007) abordam que a divisão sexual do trabalho apresenta-se como uma divisão social do trabalho originada historicamente e socialmente entre os sexos. Nesse caso, os homens ocupam posição de produção e as mulheres de reprodução, sendo que as atividades exercidas pelo homem possuem um maior valor social. As autoras apresentam dois princípios da divisão sexual do trabalho: o princípio de separação e o de hierarquia. O primeiro afirma que há tarefas diferentes para homens e para mulheres e o segundo admite que o trabalho do homem é mais valioso que o da mulher.

Sardenberg e Costa (1994) afirmam que o avanço tecnológico que acontece na Revolução Industrial abre caminho para a participação em alto número das mulheres na

produção fabril, entretanto, a condição de passividade e submissão em que a mulher já era submetida ao longo da história atraiu os interesses da burguesia, pois essa condição de inferioridade será utilizada para impor pagamentos de salários inferiores aos dos homens e jornadas de trabalho excessivas e precárias.

A inserção da mulher no mercado de trabalho não significa uma mudança radical na vida desta, agora há além das obrigações no mercado de trabalho, as atividades reprodutoras, cuidado da casa e da família. Hirata e Kergoat (2007) apresentam quatro modelos que relacionam os vínculos sociais e as determinações sexuais do trabalho: o primeiro conhecido por “modelo de complementariedade” apresenta uma ideia de divisão entre homens e mulheres do trabalho profissional e o doméstico, mas que incentiva a separação de papéis sexuais no campo profissional; o segundo é o “modelo tradicional”, aqui as mulheres assumem totalmente os papéis reprodutores e domésticos e o homem fica inteiramente responsável por sustentar a família; há também o terceiro modelo o de “conciliação”, onde a mulher fica responsável por conciliar suas atividades profissionais das domésticas, remetendo ao conceito de dupla jornada de trabalho e, por último as autoras destacam o “modelo de delegação”, que consiste em mulheres com grau de escolaridade maior que se dedicam a suas atividades profissionais e que delegam tarefas para outras mulheres – seja no campo familiar ou profissional.

Segundo Carloto (2002), os papéis exercidos pela mulher, a visão que elas possuem e as consequências da maternidade, afetam diretamente na forma como a mesma se propõem no mercado de trabalho. Nobre (2004) destaca que há um fenômeno chamado de “sabedoria da conciliação”, onde as mulheres procuram por funções que possuam uma jornada de trabalho mais flexível, havendo conflito entre a identidade de mãe/dona de casa e de trabalhadora.

Carloto (2002) afirma que a identidade da mulher trabalhadora vai ser sempre associada a seu papel de reprodutora (imagem básica de mãe, dona de casa), essa imagem vai limitar a mulher numa adequada alocação no mercado de trabalho, pois a imagem de trabalhador, de chefe de família vai ser sempre associada ao homem. Para a autora, a divisão sexual do trabalho vai afetar as relações de trabalho masculina e feminina, não apenas na divisão de tarefas, mas em critérios que vão definir a qualificação, a remuneração e a disciplina do trabalho.

Hirata (2004) apresenta a globalização como potencializadora das mudanças ocorridas entre os papéis masculinos e femininos na economia. Para ela, a globalização representa novas oportunidades, mas também novos riscos para as mulheres trabalhadoras, já que os vínculos de emprego se tornam cada vez mais precários com o aumento do desemprego de longo prazo e de formas diferentes de emprego e da flexibilidade no trabalho. Lima (2004) assegura que o processo de globalização propiciou a predominância da exclusão social, do desemprego, da queda nos salários femininos, aumento da carga de trabalho e a presença cada vez maior da mulher no setor informal.

Montagner (2004) aponta a reestruturação produtiva como impulsionadora do aumento de oportunidades para a participação feminina no mercado de trabalho, havendo uma maior abertura de vagas em áreas que envolvem maior escolaridade e experiência, por outro lado, essa reestruturação também aumentou as ocupações informais que além de pagar valores menores, contam com alta rotatividade. Nos termos de Carloto (2002), a reestruturação produtiva serviu para agravar o quadro de exclusão social e desigualdades das mulheres.

Conforme Vêras de Oliveira (2011), diversos processos se associam e formam um novo quadro nas relações de trabalho, como a flexibilização, a fragmentação, terceirização e informalização; em uma escala global há uma tendência de precarização dos vínculos e condições de trabalho.

Araújo (2011) afirma que a precarização do trabalho se expressa seja na inexistência de regulamentação/proteção por parte do Estado, seja nas condições concretas em que o trabalho se realiza. Neste sentido, a autora revela que as atividades exercidas por conta própria e que são mais instáveis, em relação a sua demanda e renda, com jornadas de trabalhos mais longas, configuram a precarização do trabalho, uma vez que a mesma está presente na ausência de vínculos formais dos direitos trabalhistas.

Véras de Oliveira (2011) afirma que a precarização, levada ao seu limite, significa trabalho sem proteção ou seja, origina a informalidade; e a flexibilização, também levada a seu limite, significa a substituição de vínculos estáveis e formais por vínculos mais instáveis e informais nas relações trabalhistas.

Conforme Carloto (2002), a flexibilização apresenta péssimas consequências que afetam principalmente as mulheres, como altos níveis de desemprego, o atraso do poder sindical, a redução do emprego regular em comparação ao crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Consoante a isso, Abramo (1998), afirma que a flexibilização passa pela utilização intensiva de formas de empregos precárias, e para as mulheres isso reflete em contratos de curta duração, empregos em tempo parcial ou em trabalhos em domicílio.

Araújo (2011) afirma que na década de 1980 as transformações econômicas e o processo de reestruturação produtiva resultaram na redução do emprego assalariado, provocando o crescimento do desemprego e forçando uma parcela significativa da força de trabalho a se inserir nas atividades informais.

A inserção da mulher no trabalho informal, segundo Hirata (2004), propicia uma situação de vulnerabilidade, pois a precarização do trabalho fica evidente neste contexto no qual a mulher exerce suas funções em condições ambientais e de saúde precárias, executa trabalho repetitivo sem nenhuma proteção, o que constitui um grande quadro de desigualdade social pela sua condição sexual, expondo-se a doenças no trabalho.

É nesse contexto de exclusão, vulnerabilidade que o trabalho feminino na informalidade da feira da Sulanca está inserido.

Segundo Silva (2014 p.10):

A feira da Sulanca de Caruaru é um espaço vitrine onde semanalmente circulam milhares de pessoas dos mais variados estados do Nordeste para abastecer comércios locais. O trabalho feminino é visivelmente observado por visitantes e compradores, porém a mulher feirante não exerce papel relevante nas relações políticas locais, nem discutem em espaço público ou através de suas associações, direitos específicos.

Em Caruaru existe uma parcela significativa da população, tanto da própria cidade quanto das cidades circunvizinhas, que encontram neste espaço uma oportunidade para comercializar os seus produtos e levar o sustento para a família (SILVA, 2014).

3. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e exploratória pois busca responder questões particulares sobre um determinado fenômeno, como afirma Minayo (2009) ao dizer que as pesquisas desse tipo costumam lidar com um vasto campo de significados, crenças, valores e atitudes em busca de propiciar respostas aos problemas propostos.

O estudo exploratório busca compreender, desenvolver e esclarecer conceitos e ideias acerca de um determinado questionamento. Segundo Gil (2008), é indicado realizar esse tipo

de estudo quando a problemática escolhida é pouco estudada e há dificuldade de formular hipóteses precisas.

A pesquisa foi realizada na Feira da Sulanca de Caruaru- PE, mais precisamente no Parque 18 de maio, onde há a maior concentração de feirantes no setor de confecções. Como já foi citado, a feira divide-se em dois espaços: a do Brasilit (que possui melhor infraestrutura) e a do terreno da FUNDAC (possui infraestrutura precária).

Como critério de seleção das entrevistadas, priorizou-se mulheres que tivessem mais de 1 ano exercendo as atividades na localidade, tempo considerado para conhecer a rotina, a vivência e as dificuldades do local. As entrevistas ocorreram durante o funcionamento da feira, respeitando o tempo de cada feirante.

Também buscamos respeitar a disponibilidade da feirante, deixando-a à vontade para pausar a entrevista para o atendimento ao cliente. No momento do primeiro contato, foi apresentada a proposta da pesquisa e seus objetivos, deixando claro que a participação da feirante seria de suma importância para os resultados da pesquisa. Também foi informado que as entrevistadas seriam mantidas no anonimato e que precisariam da autorização das mesmas para gravar as entrevistas. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram entrevistadas 13 feirantes todas do ramo da confecção. Fizemos um recorte geográfico de localização diferenciada da Feira no Brasilit e na FUNDAC, já que entendemos que os dois espaços possuem diferenças notáveis de estrutura. Ao todo o número de abordagens foi bem superior, mas muitas feirantes se negaram a conceder a entrevista, havendo uma resistência referente ao uso do gravador e à assinatura dos termos de aceite, que entendemos estar relacionado ao receio de estarem tendo seu trabalho fiscalizado. Das 13 feirantes, 4 comercializam na Feira do Brasilit e 9 na FUNDAC.

Optamos por aplicar entrevista semiestruturada, , por permitir maior interatividade entre as partes, incentivando as entrevistadas a compartilharem experiências vividas..

Utilizou-se também observação a fim de estabelecer uma aproximação com o grupo pesquisado e coletar informações sobre o seu cotidiano. Fizemos o uso da observação não participante onde o observador se posiciona como expectador atento, buscando registrar o máximo de ocorrências que enriqueçam o trabalho (RICHARDSON, 2012). Todas as informações foram registradas em um diário de campo, além de registro fotográfico dos espaços da feira.

A análise utilizada nesta pesquisa é a de conteúdo, que se diferencia por compreender técnicas que permitem a descrição da mensagem e das atitudes unidas ao contexto da enunciação (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Adotamos a técnica de Análise temática ou categorial que segundo Minayo (2009) gira em torno do tema, podendo ser apresentado por meio de uma palavra, uma frase ou um resumo. Para Bardin (1979, p.105) “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos sentidos que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o *objectivo* analítico escolhido.”

Desse modo, trabalhamos com três categorias de análise: trabalho na feira, trabalho feminino e precarização Para cada categoria, diferentes variáveis foram consideradas como subtemas.

4. Análise de dados

A maioria das entrevistadas dessa pesquisa encontram-se entre a faixa etária dos 41 aos 50 anos, revelando a importância que a informalidade tem na ocupação das trabalhadoras com idade mais avançada.

A maioria das feirantes entrevistadas possuem ensino fundamental incompleto, e as entrevistadas que declararam ter o nível médio (completo e incompleto) são as mais jovens da pesquisa. Como afirmam Bruschini et.al. (2011), o acesso feminino à escolaridade aconteceu mais intensamente nas últimas décadas, o que justifica o nível de escolaridade mais alto das feirantes jovens.

Outro dado importante é que das 13 feirantes entrevistadas, apenas uma disse que já frequentou uma palestra de capacitação voltada ao atendimento ao cliente e condução do próprio negócio. As demais informaram nunca ter participado de cursos profissionalizantes ou palestras. Neste sentido, percebe-se semelhança com o estudo feito por Sá (2011), quando este afirma que as mulheres feirantes não fizeram cursos profissionalizantes, ou seja, devem ter aprendido as práticas de produção e condução dos negócios em casa, com familiares, ou em ocupações anteriores.

Muitas feirantes declararam ter iniciado as atividades do trabalho na feira ainda quando crianças, acompanhando os seus pais terminaram aprendendo o ofício. A maioria das feirantes entrevistadas tem muitos anos de trabalho na feira (17- 20 anos) estando a maior parte concentrada na parte da FUNDAC.

Outro dado interessante a ser observado é sobre o estado civil das feirantes. Mais da metade das feirantes entrevistadas (cerca de 69,2%) são casadas. No que diz respeito à ocorrência de filhos, com exceção de duas jovens, as demais declararam ter filhos. No entanto, a média de filhos mostrou-se maior nas mulheres que trabalham na FUNDAC que na feira no Brasil.

Algumas feirantes apresentaram como principal motivo para começar as atividades informais o fato de possuírem filhos, considerando que a rigidez no horário do emprego formal impossibilita que a mesma cuide dos filhos pequenos ou que os leve para o seu trabalho, que é o que ocorre muitas vezes na feira. O relato de uma das feirantes expressa que a possibilidade de trabalhar em um emprego formal foi inviável, uma vez que não tinha com quem deixar os filhos:

Porque como costureira eu trabalhava na minha casa. Então, os meus filhos com quatro anos e com seis anos, eles já ficavam comigo. Porque eu tentei comércio fora, mas não gostei porque deixava os meus filhos só. Então eu ficando em casa, eu pude dar assistência, escola e ao mesmo tempo trabalhando (Entrevistada 10, Feira no Brasil, 55 anos).

A fala da entrevistada 7 reforça que levar os filhos até o local de trabalho era de extrema necessidade para que os mesmos não ficassem sozinhos em casa:

[...] Em Santa Cruz eu só tinha o filho mais velho, que na época tinha seis anos, ele me acompanhava na feira. Naquele tempo não tinha esse negócio de proibir, né, aí eu levava pra ele não ficar só em casa que é perigoso (Entrevistada 7, Feira na FUNDAC, 49 anos).

Durante nossas observações, não foi difícil encontrarmos crianças na feira cuidando dos bancos, ou organizando as mercadorias, ainda que em pouca quantidade.

Outro fator que contribui para a caracterização do perfil socioeconômico dessas feirantes é a renda mensal proveniente das atividades de comercialização na feira. A maioria

das feirantes entrevistadas declararam receber até R\$1.000,00 mensais. As feirantes informaram que em tempos de crise, a circulação na feira diminuiu e para aquelas que trabalham na FUNDAC, os impactos foram ainda maiores, pois somados às questões de infraestrutura e segurança, muitos compradores deixaram de circular no terreno. É importante destacar que muitas dessas feirantes, exercem outras atividades para complementar a renda mensal, costurando para terceiros ou fazendo vendas paralelas à Feira da Sulanca.

As feirantes que declararam receber entre R\$2.000,00 e R\$ 3.000,00 concentram-se na feira do Brasilit, o que assinala que a questão da infraestrutura e segurança pode mesmo interferir nas comercializações nos dois espaços.

Concordamos com Silva, Barros e Miranda (2015) que a participação dos atores locais para o desenvolvimento da feira é de suma importância para a economia. As mulheres estão inseridas nos mais variados processos, que se estende da produção das peças até a comercialização das mesmas nas feiras semanais. Há muitas mulheres que produzem as mercadorias nos interiores de suas residências e que esperam os encontros semanais na feira para escoarem as suas produções.

As seguintes falas evidenciam isso, quando perguntado se as peças eram de confecção própria:

Eu e minha filha começamos a fazer essas peça de roupa pra bebê, aí eu e ela teve a ideia de colocar um banco na feira. Nós tem dois bancos, esse que eu tô e outro lá embaixo. A gente fabrica em casa e vende junta (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Eu fazia facção. Facção é um tipo de mercadoria que... o fornecedor entrega pra pessoa costurar e paga por peça. Aí quando eu fazia essa mercadoria ... é eu... gerava em torno de ... um real e oitenta, dois reais por peça. Aí daí, começou a despencar a um real e chegou até a cinquenta centavos. Foi aí que me incentivou a fabricar e vender. Comecei pegano as peças, depois comecei a vender o meu produto (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

Esta última fala confirma a existência da descentralização do trabalho, como discute Lira (2009), na qual várias mulheres exercem atividades complementares no processo de produção e recebem valores mínimos sem nenhuma garantia. Este fato parece incentivar as mulheres a abrirem seus próprios negócios, como visto na fala da entrevistada 1.

Há também casos em que as mulheres são pequenas confeccionistas, terceirizam a sua produção e se atentam a administração do empreendimento. Hirata e Kergoat (2007) destacam alguns modelos que evidenciam a divisão sexual do trabalho no âmbito profissional ou familiar destacando o modelo de delegação no qual a mulher que detém uma maior escolaridade, e delega funções para outras mulheres. É o que pode ser evidenciado na fala da entrevistada 10:

Não. Eu coloco para as meninas, na casa delas costurarem. Elas tem as máquinas, elas precisam de trabalho, eu passo pra elas. (Entrevistada 10, Feira no Brasilit, 55 anos).

Interessante ressaltar que o banco da entrevistada 10 na feira do Brasilit é, sem dúvidas, um dos mais “organizados” do espaço, e que ela nos informou que fornece seus produtos para mais de dois estados brasileiros e que até a sua família “largou” empregos formais para ingressar nessa atividade informal.

Um fator comum entre as interlocutoras nesse campo diz respeito à comercialização dos produtos e a renda dependerem quase que exclusivamente das feiras da sulanca. O contato direto com o consumidor, o atendimento, são alguns dos aspectos destacados nas falas.

Ao serem questionadas sobre a comercialização dos produtos em outras feiras da região, as respostas foram um tanto unânimes: a grande maioria comercializa ou já esteve comercializando os seus produtos nas feiras de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. E quando se viram na posição de indicar as possíveis diferenças entre a Feira da Sulanca de Caruaru e as das cidades mencionadas, as condições de infraestrutura e segurança foram os pontos mais destacados. Conforme podemos observar na fala da entrevistada 4:

[...] é bom trabalhar num lugar bem organizado, né. E aqui não é! Do jeito que tá é ruim [...] Muita gente tem deixado de vim pra essa feira, vão pra Toritama, pra Santa Cruz porque lá é melhor, né. Aí aqui fica mais fraco pra gente, pra gente vender (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Como afirma Sá (2011) as questões que envolvem as condições de infraestrutura e segurança da Feira da Sulanca configuram um conjunto de dificuldades que interfere no desempenho das atividades das feirantes.

Eu só queria mesmo que tivesse uma boa organização aqui na feira, que fosse calçado, que os banheiros fossem limpos, nem que eles cobrassem mais caro. Apesar da gente não pagar barato pra tá aqui. [...] Até os matos, olhe, estão alto. É lixo, é mato, tudo a gente que limpar (Entrevistada 7, Feira na FUNDAC, 49 anos).

Conforme analisado por Silva (2016) e observado nas falas das entrevistadas, o cenário em que acontecem as feiras no terreno da FUNDAC é desconfortante. As feirantes tendem a se queixar da diminuição da circulação de compradores nas áreas mais altas da feira e quando há ocorrências de chuvas, as condições se agravam. Isso pode ser entendido por meio das seguintes falas:

Não, não... já fui aqui assaltada e no momento que eu procurei a segurança, não achei ela (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

Não, a gente tem que botar a lona, né. Mas fica ruim para o povo passar, fica cheio de lama, o povo fica sem querer passar aqui. (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Mas os comprador não tá vindo muito pra aqui, pra essa parte alta, por causa das condições da feira. Aqui não tem condições pra ele, né? Não tem banheiro, a rua é sem calçamento é no mato, é no lixo, no sol quente. E nos outros canto é na sombra, tudo calçadinho, na sombra, tendo praça de alimentação, coisa que aqui não tem (Entrevistada 7, Feira na FUNDAC, 49 anos).

A falta de segurança, de limpeza do local, as condições do calçamento, a falta de banheiros na FUNDAC são as causas da diminuição de compradores segundo as feirantes. Como afirma Sá (2011) a falta de infraestrutura adequada para o comprador e o feirante trabalhar com tranquilidade é visto como um descaso público por parte da prefeitura. As feirantes que trabalham no setor do Brasilit, que vem a ser a parte que oferece melhores condições em comparação com o outro setor, reconhecem que as condições em que as suas colegas de trabalho se encontram são preocupantes, conforme observamos nesse trecho:

Olha eu trabalho com tranquilidade porque tenho meu esposo, tem essa menina que me ajuda se eu precisar ir ao banheiro. O banheiro é perto daqui e organizado. A iluminação pelo menos do meu banco está muito boa, eu trabalho com tranquilidade. Se comparar com outras partes da feira que é na terra, é mais complicado, né? (Entrevistada 10, Feira no Brasilit, 55 anos).

Um dado marcante dessa pesquisa trata da particularidade do reconhecimento que as feirantes atribuem para as atividades exercidas:

[...] É o meu sustento. E eu tenho sonhos! Então como eu construí uma casa e agora eu tô mobiliando, então se eu não trabalho, eu vou ficar só limpando pó (Entrevistada 13, Feira no Brasilit, 43 anos).

As minhas clientes chegam aqui e diz que vê o meu produto aí fora mas prefere comprar a mim, porque o dia que elas vem na feira e não vem no meu banco fica faltando alguma coisa. Então isso é gratificante. Eu gosto da estar na feira, de me comunicar. Dinheiro não é tudo, trabalho não é tudo! (Entrevistada 10, Feira no Brasilit, 55 anos).

O que motiva as feirantes a exercerem o seu ofício possui relação direta às conquistas derivadas do trabalho. É através da produção das peças e da comercialização que a mulher feirante conquista a sua independência e autonomia social. O reconhecimento do cliente pela qualidade do produto ou do atendimento faz com que a feirante se sinta valorizada, ela passa a entender que os seus esforços estão sendo reconhecidos.

Segundo as feirantes existem muitas vantagens e desvantagens nesse ramo, mas a comunicação com diferentes pessoas semanalmente tem merecido destaque positivo nas falas das interlocutoras. Por muitas vezes, evidenciam que é um trabalho executado com prazer em meio a tantas dificuldades.

A gente acha ruim ter que acordar cedo e trabalhar demais e a renda é pouca, né. Tem dia que a feira é muito fraca, hoje tá fraco [...] é uma vida sofrida de feirante, mas a pessoa sai de casa, conhece muita gente [...] chega um, chega outro começa a conversar e a gente distrai e sai mais um pouco de casa (Entrevistada 4, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Deste modo, pode-se observar que são múltiplas as motivações e as representações distintas sobre o trabalho na feira para as feirantes.

As informações aqui apresentados revelam que a grande maioria das feirantes desse estudo trabalhavam ou trabalham em ocupações tipicamente femininas e sem vínculos formais, sendo, em sua grande maioria, costureiras do produto que comercializam:

É que eu não moro aqui em Caruaru, né? Moro no sítio. [...] Eu costuro as blusa e trabalho na roça (Entrevistada 6, Feira na FUNDAC, 37 anos).

Trabalho na agricultura. Eu vendo plantas e frutas (Entrevistada 8, Feira na FUNDAC, 41 anos).

É possível observar nessas falas a presença das mulheres também nos processos agrícolas, como já apontam Carloto (2002) e Alborno (1986). O trabalho autônomo apresenta duas linhas: se de um lado há a conquista da independência, de outro pode representar para muitas mulheres a reprodução da dupla jornada de trabalho, já que a atividade permite uma maior flexibilidade de horário, permitindo assim o exercício das atividades do lar. O que nos remete novamente ao embasamento teórico de Hirata e Kergoat (2007) quando falam do modelo de conciliação ou o que Carloto (2002) chama de “sabedoria da conciliação” que acontece quando a mulher procura atividades flexíveis que permitam que a mesma exerça as atividades do lar e de cuidados dos seus filhos, remetendo ao conceito de dupla jornada de trabalho.

Ao serem questionadas sobre quem fazia os afazeres domésticos, todas as feirantes afirmaram que as mesmas cuidavam de suas casas e das atividades decorrentes e, com rara exceção, se vê a participação do marido nas tarefas domésticas:

Eu mesma faço sozinha. Eu procuro uma pessoa pra fazer pagando e nem meu esposo quer! (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

Em relação à quantidade de horas trabalhadas diariamente pelas feirantes envolvendo as atividades de casa e de produção para comércio na feira, as feirantes afirmaram trabalhar cerca de 18 horas por dia. Segue a fala de uma das entrevistadas:

Se eu disser, você não acredita! Eu me acordo todo dia quatro hora da manhã... quatro hora da manhã, quando vou dormir é oito hora da noite. Durmo muito pouco

e ainda mais quando perco o sono, porque a feira não está dando para pagar as conta [se emociona]... não tô dizendo a você que aqui nesse lugar a gente não tá vivendo, não! Tamo sobrevivendo. Eu pego de quatro hora da manhã, vou costurar [...] quando é onze hora, paro e vou cuidar nas coisa [...] quando é uma e meia, volto, aí quando é dez horas eu paro. Fico produzindo as peças durante a semana toda pra colocar no banco na segunda (Entrevistada 3, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Outro dado enfatizado no estudo diz respeito ao tema maternidade, ou para ser mais precisa com quem as feirantes deixavam seus filhos para desempenhar suas atividades na feira. Esse tema se evidencia nos cuidados das crianças, na educação dos filhos e como as feirantes administraram isso.

No começo dessa análise verificamos a fala da entrevistada 10 que afirma ter tentando trabalhar fora (vínculo formal), mas que não foi possível porque não tinha como deixar os filhos sozinhos, optou portanto em trabalhar em casa, sendo possível oferecer assistência e educação aos filhos. Bruschini (2007) aponta que a disponibilidade da mulher no mercado de trabalho é determinada por uma série de critérios pessoais, sendo o número de filhos e a idade deles o mais presente. Esse determinante irá conduzir a mulher para a tomada de decisão, podendo optar por se dedicar integralmente para a criação dos filhos e o desempenho das atividades do lar ou buscar uma forma dentro das atividades informais para trabalhar no ambiente doméstico, havendo portanto, uma conciliação das atividades.

Em suas pesquisas, Carloto (2002) aponta que a mulher vai ser sempre associada ao papel de reprodutora e que essa imagem vai limitar a sua alocação no mercado de trabalho. A fala da entrevistada 8, a seguir, evidencia a delegação dos cuidados dos filhos pequenos para a sua mãe por uma extrema necessidade que era a de garantir o sustento da família.

Eu arrumava as coisas, já deixava o comer feito e ia trabalhar. Como morava perto dos meus pais, deixava os menino em casa e minha mãe ia olhar de vez em quando. Meu marido morreu logo cedo, eles ficaram bem pequenos e eu tinha que trabalhar no pesado, plantando macaxeira, frutas para arrumar o sustento deles (Entrevistada 8, Feira na FUNDAC, 41 anos).

Os cuidados da casa e dos filhos estão presentes em quase todas as falas das mulheres, e percebemos, em suas falas, uma preocupação em torno da perspectiva profissional dos filhos. A grande maioria das mulheres afirmaram não querer ver os filhos trabalhando na feira assim como elas.

Não! O mais velho trabalha, mas é com mecânica e o mais novo está terminando o colegial esse ano. Eu espero que ele continue estudando para ter um futuro melhor, porque aqui na feira nem ele mesmo quer. Ele diz: “Deus me livre, mainha! A senhora sofre muito!” (Entrevistada 3, Feira na FUNDAC, 47 anos).

Eu não! Quero ter filho advogado, doutor [risos], menos aqui (Entrevistada 5, Feira na FUNDAC, 31 anos).

Quando questionadas sobre possível desigualdade remunerativa do trabalho na feira, as mulheres nos informaram que na feira isso não é comum, os rendimentos irão variar de acordo com a mercadoria a ser vendida. Embora elas reconheçam que há diferença entre os sexos, ela está voltada ao desempenho das atividades do cotidiano na feira, algumas mais difíceis para as mulheres.

Foi possível observar relações de subordinação veladas entre mulheres trabalhadoras e seus maridos, ao longo da pesquisa. O comportamento da entrevistada 6 evidencia isso. Por pouco ela se recusou a conceder a entrevista. No momento da abordagem, ela achava que a entrevista seria com o seu esposo e se afastou. Após ouvir a explicação do que se tratava a entrevista, e que ela iria responder as perguntas, a mesma alegou que não saberia responder, que só o marido tinha estudo mais avançado. Não olhava diretamente para a pesquisadora,

sempre com a voz retraída e torcendo uns cordões, que servem para amarrar as caixas das mercadorias, respondia às questões. Analisando a situação e confrontando com as respostas, a entrevistada 6 parece ser a típica esposa que exerce muitas atividades e que não tem autonomia. Sempre que ia responder às perguntas, ela olhava para o marido buscando a autorização dele (Notas de campo, 23 de outubro de 2017).

Ao serem questionadas sobre quais seriam as maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no caso do trabalho desempenhado na feira, as respostas enfatizaram: produzir e comercializar o produto, o transporte da produção para a comercialização na feira, longa jornada de trabalho e principalmente, a segurança.

Eu acho que segurança, né? Aqui é escuro quando a gente chega, se ela tiver vindo sozinha é perigoso (Entrevistada 9, Feira na FUNDAC, 36 anos).

A fala da entrevistada 9 ilustra uma das principais preocupações das feirantes, pois como a feira começa na madrugada da segunda-feira, as mesmas chegam com as suas mercadorias na noite do domingo e precisam ficar por lá até a circulação dos clientes ter início. Uma feirante nos contou que até há alguns dias a iluminação do banco dela era por meio de uma gambiarra, que muitas lâmpadas foram furtadas dos postes e que era muito perigoso uma mulher ficar sozinha no seu banco lá.

O espaço ofertado no terreno da FUNDAC não oferece condições necessárias para as feirantes desempenharem o seu trabalho. Hirata (2004) indica que as condições ambientais e de saúde no espaço onde a mulher vai exercer suas funções condicionam a um trabalho sem proteção social. Muitas entrevistadas responderam ter algum problema de saúde relacionado ao trabalho na feira, estão entre elas: dores musculares, dores de cabeça, alergias entre outras.

Já, peguei infecção é... até por causa da alimentação que falam que é do dia, mas às vezes, não é do dia. E como não tem fiscalização, então não tem como a gente tá segura do que vai comprar, o alimento, né? (Entrevistada 1, Feira na FUNDAC, 38 anos).

Muitas feirantes afirmaram sequer conhecer a Associação de Sulanqueiros de Caruaru e quando confrontadas sobre o interesse de participar das assembléias todas responderam que não as interessava por não gostarem de reuniões ou por não terem escolaridade suficiente. Essa situação nos trouxe a seguinte reflexão: se o objetivo de uma Associação existir é para zelar pelo bem e direitos de todos aqueles que fazem parte da mesma, essa deve ter no mínimo, um diálogo aberto com as pessoas que representam.

Já ouvi falar. Não. É um povo que eu nunca vejo, viu? Só vejo na televisão (Entrevistada 13, Feira no Brasil, 43 anos).

Percebe-se, portanto, que as feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru – PE vivenciam situações de vulnerabilidade ocasionadas pelo exercício do trabalho informal, pelas condições físicas do espaço que frequentam semanalmente que influenciam nos rendimentos mensais, e pela configuração da dupla jornada de trabalho que abrange as atividades de produção, de cuidados domésticos e de educação dos filhos.

Por outro lado, a conquista da independência econômica e o reconhecimento social que algumas feirantes retrataram caracterizam aspectos ligados ao trabalho na feira. A flexibilidade de horários que o trabalho proporciona é visto pelas feirantes como um aspecto positivo, mas, em suma, configura uma intensificação da jornada de trabalho na feira, pois como afirma Vêras de Oliveira (2011), os incentivos à flexibilidade das jornadas, a terceirização e conseqüentemente a informalidade configuraram em condições de trabalho precárias aos trabalhadores. Importante também destacar o que aponta Araújo (2011), sobre a informalidade configurar uma forma de precarização do trabalho, pois o trabalhador terá que

ter jornadas mais longas caso queira aumentar os seus rendimentos e estará desprotegido por parte do Estado. É o que se percebe que ocorre com as feirantes investigadas.

5. Considerações Finais

Este estudo contribuiu para um maior conhecimento das condições que permeiam a vida e o trabalho das mulheres, no contexto do trabalho na feira da Sulanca. A grande resistência por parte das feirantes de conceder a entrevista visando alguma represália do poder público foi sem dúvidas, um grande desafio. O clima de desconfiança nas primeiras abordagens era nítido. Superada essa limitação, podemos observar que as feirantes sentem a necessidade de falar, de quebrar a invisibilidade que a atividade não valorizada traz, embora seja de suma importância para economia regional.

Ao final dessa pesquisa, nos deparamos com uma novidade: o terreno da FUNDAC irá passar por obras de melhorias que consistem na instalação de piso, construção de novos banheiros, instalação de um módulo de segurança, readequação da rede elétrica, iluminação, além da gestão, cadastramento e controle dos feirantes, garantia de limpeza interna do local sendo de responsabilidade de empresas parceiras da prefeitura. As feirantes estavam otimistas com essa promessa de melhoria no espaço.

Sugerimos que pesquisas posteriores possam averiguar como essas adequações interferirão na satisfação e no desempenho das feirantes da FUNDAC. Este estudo somado com tantos outros, são o ponto de partida para o reconhecimento do valor desses atores para a economia local.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste - contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 1973.
- ARAÚJO, A. M. C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marcha e Contramarcha na Informalidade do Trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Paris (Fr): Editora Presses Universitaires de France; 1979.
- BURNETT, A. O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco. In **História Oral**, v.17, n.2, p.153-171, jul/dez. 2014a.
- _____. As raízes rurais da Feira da Sulanca no Agreste pernambucano. In **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v.21, n. 4, out./dez. 2014b.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n.132, p.537 – 572, 2007.
- BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLDI, A.. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- CAMPELLO, G. M. C. **A atividade de confecção e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1983.
- CARLOTO, C. M. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, 2002.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. **Análise de conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. In: *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, 2014.
- GARCIA, M. F. **Feira e trabalhadores rurais**: as feiras do brejo do agreste paraibano. Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1984.
- HIRATA, H. O Universo do Trabalho e da Cidadania das Mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E.B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, 2007, p. 595-609.
- IPHAN. **Dossiê Registro da Feira de Caruaru**. Recife, 2006.

LIMA, M. E. B. A Dimensão do Trabalho e da Cidadania das Mulheres no Mercado Globalizado. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E.B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

LIRA, S. M.. O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do agreste/PE: **as suas inter-relações socioespaciais**. Recife: UFPE, 2009.

_____. **Muito além das Feiras da Sulanca**: a produção da confecção no Agreste/PE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MONTAGNER, P. A Reestruturação Produtiva e o Desemprego da Mulher. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E.B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

NOBRE, M. Trabalho Doméstico e Emprego Doméstico. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, EM. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. (orgs). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

NORA, F. D.; ZANINI, M. C. A feira como um espaço de sociabilidade. In Retratos de Assentamentos, v. 18, n. 1, p. 135-154, jun. 2015. ISSN 1516-8182.

PEREIRA, E. **Qualificação Profissional e relações de trabalho no Pólo de confecções de Pernambuco**: trajetória e perspectivas de atuação do SENAI (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁ, M. **Feirantes**: Quem são e como administram seus negócios. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

_____. **Os filhos da feiras e o campo de negócios agreste**. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais: 2015.

SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, A. A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M. L. R.; BINGEMER, M. C. L. (orgs). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SILVA, J. G. A. Trabalho feminino e os direitos humanos na Feira da Sulanca de Caruaru. Gênero e exclusão social. In: **Encontro Nacional da ANDHEP: Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo, 2014.

_____. **“Pra onde tu vai, Maria? Vou pra feira da sulanca!”**: um estudo sobre o trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru-PE. (Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

SILVA, J. G. A.; BARROS, A. M.; MIRANDA, M. H. G. **Mulher e Trabalho**: Um estudo sobre o trabalho feminino da Sulanca de Caruaru – PE. Memórias Congresso ALAS, 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D. ; TARGINO, I. (orgs.). **Marcha e Contramarcha na Informalidade do Trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

XAVIER, M. G. P. **O processo de produção do Espaço Urbano em Economia Retardatária**: A aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.